



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Judiciária**  
**Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Língua Portuguesa**

**Instruções:** Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto a seguir.

1 Desde A democracia na América (1835), de Alexis de Tocqueville, tornou-se corrente comparar os Estados Unidos com a América ibérica, constituindo este exercício uma fonte de inspiração da imaginação social no continente. Nessa obra, a América do Sul é descrita como lugar em que a pujança da natureza debilitaria o homem, enquanto, na América do Norte, a natureza se revestiria de outro aspecto, onde tudo "era grave, sério, solene; dissera-se que fora criada para se tornar província da inteligência, enquanto a outra era a morada dos sentidos".

5 O caso bem-sucedido da América do Norte apontaria para um processo em que o atraso ibérico, sob o impacto das diferentes influências exercidas pelo seu vizinho anglo-americano, modernizar-se-ia, rompendo com os fundamentos da sua própria história.

15 A reflexão social latino-americana no século XIX, já testemunha dos sucessos econômicos e políticos dos Estados Unidos, tomou-os como um paradigma em sua luta orientada contra o que seria o seu atraso constitutivo, resultante do caudilhismo e do patrimonialismo vigentes em seus espaços nacionais. Entre tantos outros, os argentinos Sarmiento e Alberdi desenvolveram uma publicística centrada na comparação entre as duas Américas e o que nos cumpriria fazer para, livrando-nos dos nossos males históricos, logrármos sucesso no ingresso ao mundo moderno. [...]

20 No caso do Brasil, a comparação com os Estados Unidos também esteve presente ao longo de nossa história, influenciando diretamente os embates sobre o processo da modernização brasileira. Nossa herança ibérica, marcada por um Estado forte e pela valorização do público, seria compatível com os valores do mundo moderno então emergente? Ou, de forma alternativa, ela teria nos legado uma carga tão excessiva, cuja superação em direção à modernidade exigiria uma ruptura com esse passado? Desde já, é importante ressaltar que, ainda que os conceitos iberismo e americanismo tenham sido formulados a posteriori, não estando presentes no vocabulário dos autores consagrados como fundadores da tradição de interpretar o Brasil, eles fornecem uma chave interpretativa para o estudo do processo de nossa formação histórica.

(VIANNA, Luis Werneck; PERLATTO, Fernando. Iberismo e americanismo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). **Agenda brasileira**: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 248-249)

1. No contexto,
  - (A) (linha 15) a única forma de colocação do pronome se, aceitável pela gramática normativa, é exatamente a que o texto apresenta: *modernizar-se-ia*.
  - (B) (linha 2) a expressão *tornou-se corrente* evidencia que a comparação entre os Estados Unidos e a América ibérica já era usada em estudos acadêmicos havia muitas décadas, mas que, depois de 1835, passou a ser mais frequente.
  - (C) (linha 3) a frase estruturada em torno de *constituindo* exprime a causa do fenômeno citado anteriormente.
  - (D) (linhas 6 e 7) o segmento *como lugar em que a pujança da natureza debilitaria o homem* poderia ser substituído por "lugar cuja pujança da natureza debilitaria o homem", sem prejuízo da correção e do sentido originais.
  - (E) (linhas 5 a 11) a comparação entre as Américas, para acentuar a superioridade de uma sobre a outra, baseia-se especialmente nas palavras destacadas em província da inteligência e a morada dos sentidos.

2. Respeitando a constituição do texto, deve-se
  - (A) entender que o pensamento social latino-americano do século XIX tomou os Estados Unidos como ponto de referência para o esforço de realização de objetivos da América ibérica.
  - (B) tomar a citada obra de Alexis de Tocqueville como fundadora de um modo de pensar que elimina a distância entre razão e emoção.
  - (C) reconhecer aquilo que é inerente a cada ser humano como expressão da força determinante da natureza, em qualquer de suas várias formas, sobre os que dela provêm num específico espaço geográfico.
  - (D) conceber a comparação entre Estados Unidos e América ibérica como o fundamento do imaginário dos povos naturais do continente.
  - (E) compreender que o homem deve tirar proveito de sua competência para agir sobre a natureza, moldando-a de modo a tornar menos vulneráveis os que nela habitam.

3. Considere o texto e as assertivas que seguem.
  - I. O cotejo entre o emprego de certas formas verbais, por exemplo, (linha 7) *debilitaria* e (linha 8) *era* evidencia a distinção entre o ponto de vista, respectivamente, de quem comenta uma hipótese lançada por outrem e o ponto de vista de quem propõe essa mesma hipótese.
  - II. Considerada a lógica e o contexto, merece reparo o que se tem no segmento *O caso bem-sucedido da América do Norte apontaria para um processo em que o atraso ibérico [...] modernizar-se-ia*: em lugar do que está destacado, seria adequado haver, por exemplo, "a América ibérica, atrasada".
  - III. No parágrafo 4, a presença de duas indagações no excerto deve-se ao fato de cada uma delas enfatizar uma específica polêmica a respeito de nossa história, correspondendo, então, uma em relação à outra, a um caminho alternativo na definição da prioridade a ser enfrentada no processo de modernização do Brasil.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.



4. As indagações presentes no parágrafo 4 supõem o seguinte conteúdo implícito:
- (A) Rupturas com a tradição são condição necessária e suficiente para que países se modernizem e passem a fazer parte de comunidades internacionais.
- (B) Países que apresentam setor estatal forte e valorização do público não se harmonizariam com traços culturais do mundo moderno.
- (C) O Brasil, herdeiro do mundo ibérico, carrega aversões de natureza ideológica que justificam seu desejo de assumir entusiasmadamente valores contemporâneos.
- (D) Os valores do mundo moderno ainda hoje não se encontram totalmente configurados.
- (E) A alternância de pontos de vista na reflexão sobre uma identidade cultural é necessária quando se deseja conhecer verdadeiramente uma nação.
- 
5. Observada a organização do texto, e especialmente a última frase, cria-se uma expectativa de que as linhas seguintes ao fragmento trarão
- (A) retificações dos textos inaugurais da tradição de interpretar o Brasil, determinadas pelo fato de que os autores não contavam, em seu vocabulário, com as palavras "americanismo" e "iberismo".
- (B) a categoria "iberismo" como fundamento do primeiro bloco de estudos sobre a formação histórica do Brasil, dando lugar, a seguir, à categoria "americanismo".
- (C) os conceitos de "iberismo" e de "americanismo" sempre em oposição, visto que são resultado de momentos históricos antagônicos e bastante afastados no tempo.
- (D) crítica a autores equivocadamente consagrados como fundadores da tradição de interpretar o Brasil, equívoco gerado pelo desconhecimento de que eles muito tardiamente se valeram da chave necessária à análise da cultura.
- (E) considerações sobre o processo de formação do Brasil, iluminadas por matrizes de pensamento que, a partir de certo momento, foram conceituadas como "americanismo" e "iberismo".
- 
6. Afirma-se com correção:
- (A) (linhas 15 e 16) Em *rompendo com os fundamentos da sua própria história*, o pronome destacado indica que a história é a da América ibérica.
- (B) (linhas 2 e 3) Desenvolvendo a forma destacada em tornou-se *corrente comparar os Estados Unidos com a América ibérica*, estaria em concordância com as normas gramaticais a formulação "comparando".
- (C) (linha 28) O emprego da expressão *No caso do Brasil* pode ser considerado redundância, pois o conteúdo anterior já está organizado sob essa perspectiva, como o comprova o uso de (linha 25) *nos cumpriria [...], livrando-nos*.
- (D) (linha 9) Em *dissera-se que fora criada*, a substituição das formas verbais preserva o sentido original se forem trocadas, respectivamente, por "havam dito" e "teria sido criada".
- (E) (linhas 23 e 24) Transpondo para a voz passiva o segmento *os argentinos Sarmiento e Alberdi desenvolveram uma publicística*, a forma correta obtida é "tinha sido desenvolvida".
- 
7. Considere as informações prestadas pelo verbete abaixo transcrito.
- publicística** *Datação*: c1950
- substantivo feminino
- 1 a imprensa jornalística; periodismo
- 2 Rubrica: termo jurídico, política. literatura de direito civil, política e/ou temas sociais
- 3 Rubrica: termo jurídico. a ciência do direito público
- 4 Derivação: por metonímia. o conjunto de autores de textos sobre direito público, política ou assuntos sociais
- Etimologia: empr. it. [palavra emprestada do italiano] *publicistica* 'atividade desenvolvida por jornalistas na publicação de artigos pela imprensa, conjunto das publicações da atualidade'.
- (Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa)
- Sobre o uso dessa palavra "publicística" no texto, é correto afirmar:
- (A) O contexto evidencia que está, de maneira a excluir outra possibilidade, empregada na acepção 4, como o comprova o uso da expressão *Entre tantos outros*, que remete a muitos autores.
- (B) Levando em conta a datação, isto é, a época em que ela parece ter surgido na Língua Portuguesa, não poderia ter sido empregada em um texto que se refere a pensadores do século XIX.
- (C) Aquilo que se informa acima sobre a origem da palavra e os dados oferecidos no texto comprovam a impossibilidade de ter sido empregada com acepção diferente da indicada em 1.
- (D) O contexto e a rubrica sugerem que está empregada na acepção 2, mas a falta de indicações precisas sobre a natureza dos trabalhos dos autores citados impede uma conclusão decisiva sobre o seu sentido no texto.
- (E) O excerto e a rubrica denotam a possibilidade, mais provável do que todas as outras, de ter sido empregada na acepção 3, levando em conta a natureza da obra de onde foi extraído o trecho.
- 
8. *A reflexão social latino-americana no século XIX, já testemunha dos sucessos econômicos e políticos dos Estados Unidos, tomou-os como um paradigma em sua luta orientada contra o que seria o seu atraso constitutivo, resultante do caudilhismo e do patrimonialismo vigentes em seus espaços nacionais.*
- O trecho acima transcrito teve seus segmentos reformulados, como se observa nas alternativas. A que apresenta redação que preserva o sentido original do texto é:
- (A) *vigentes em seus espaços nacionais / que vigoravam em países da América Latina.*
- (B) *A reflexão social latino-americana no século XIX, já testemunha dos sucessos econômicos e políticos dos Estados Unidos / O pensamento social latino-americano no século XIX, testemunha imediata dos sucessos econômicos e políticos dos Estados Unidos.*
- (C) *tomou-os como um paradigma em sua luta orientada / tratou-os como exemplo de sucesso a ser superado na ocasião do embate que seria travado.*
- (D) *luta orientada contra o que seria o seu atraso constitutivo / confronto corajoso especificamente estabelecido com o que viria a constituir o seu atraso.*
- (E) *resultante do caudilhismo e do patrimonialismo / reprodução das ditaduras e da forma de governar dos que têm mais acesso a patrimônios e bens de consumo.*



**Instruções:** Para responder às questões de números 9 a 13, considere o texto a seguir.

1 *A áspera controvérsia sobre a importância da liberdade política é bem capaz de ocultar o essencial nessa matéria, ou seja, a liberdade existe como um valor ético em si mesmo, independentemente dos benefícios concretos que a sua fruição pode trazer aos homens. [...]*

5 *A liberdade tem sido, em todos os tempos, a causa das maiores conquistas do ser humano. E, efetivamente, que valor teriam a descoberta da verdade, a criação da beleza, a invenção das utilidades ou a realização da justiça, se os homens não tivessem a possibilidade de escolher livremente o contrário de tudo isso?*

10 *Heródoto foi um dos primeiros a sublinhar que o estado de liberdade torna os povos fortes, na guerra e na paz. Ao relatar a estupenda vitória que os atenienses, sob o comando de Cleômenes, conquistaram contra os calcídeos e os beócios, ele comenta: "Aliás, verifica-se, sempre e em todo lugar, que a igualdade entre os cidadãos é uma vantagem preciosa: submetidos aos tiranos, os atenienses não tinham mais valor na guerra que seus vizinhos; livres, porém, da tirania, sua superioridade foi manifesta. Por aí se vê que na servidão eles se recusavam a manifestar seu valor, pois labutavam para um senhor; ao passo que, uma vez livres, cada um no seu próprio interesse colaborava, por todas as maneiras, para o triunfo do empreendimento coletivo".*

15 *O mesmo fenômeno de súbita libertação de energias e de multiplicação surpreendente de forças humanas voltou a repetir-se vinte e quatro séculos depois, com a Revolução Francesa. Pela primeira vez na história moderna, as forças armadas de um país não eram compostas de mercenários, nem combatiam por um príncipe, sob o comando de nobres, mas eram formadas de homens livres e iguais, comandados por generais plebeus, sendo todos movidos tão só pelo amor à pátria.*

(COMPARATO, Fábio Konder. A liberdade como valor ético. **Ética:** direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 546-547)

9. O texto abona o seguinte comentário: o autor, na defesa de seu ponto de vista,

- (A) contrapõe distintos momentos históricos para evidenciar que a discussão sobre a importância da liberdade política contém contradições.
- (B) opta por fazer um relato de como a liberdade se manifestou em diferentes momentos históricos, o que lhe permitiu concluir, ao final do texto, que a liberdade é um valor ético em si mesmo.
- (C) vale-se de um testemunho de prestígio, sem, entretanto, tomá-lo como suficiente, dado que acrescenta comentário que o ratifica.
- (D) cita Cleômenes e episódio histórico que deu a esse ateniense experiência para reconhecer não só o valor da liberdade, mas, em próprias palavras do conquistador, que a igualdade entre os cidadãos é uma vantagem.
- (E) faz uso de uma indagação que é meramente retórica, pois a resposta a ela está implícita na própria pergunta: o valor de descobertas, invenções e demais realizações está em impor a todos os homens o mesmo direito de usufruir delas.

10. Foi omitida a frase final do primeiro parágrafo do texto. Considerada a direção argumentativa adotada, essa frase deve ser a seguinte:

- (A) A liberdade humana, tomada no sentido de um agir sem impedimentos externos, é perfeitamente compatível com o "temor" e a "necessidade".
- (B) A liberdade política do cidadão pressupõe uma estrita igualdade socioeconômica de vida.
- (C) A liberdade é um atributo essencial do ser humano, distinguindo-o, por isso, de todos os demais seres vivos.
- (D) A liberdade humana, numa comunidade política, é sempre definida em relação aos vínculos artificiais que são as leis civis.
- (E) Há uma disposição coletiva para viver em liberdade, a qual faz parte da mentalidade dos povos.

11. Expressão que, no contexto, assinala que a hipótese levantada pelo autor é considerada indesejável por ele é:

- (A) (linha 29) *Pela primeira vez.*
- (B) (linha 2) *é bem capaz de.*
- (C) (linha 4) *em si mesmo.*
- (D) (linha 3) *ou seja.*
- (E) (linhas 7 e 8) *efetivamente.*

12. Observadas as orientações da gramática normativa, é pertinente o seguinte comentário:

- (A) (linhas 16 a 21) Tanto em *e/e comenta*, quanto em *Por aí se vê*, observa-se o emprego do tempo presente pelo pretérito (presente histórico), para dar vivacidade a fatos ocorridos no passado.
- (B) (linhas 4 e 5) Outra redação para *independentemente dos benefícios concretos que a sua fruição pode trazer aos homens* estará clara e correta se tiver a formulação "em nada dependendo dos benefícios concretos que podem advirem da sua fruição aos homens".
- (C) (linhas 7 a 9) Em *E, efetivamente, que valor teriam a descoberta da verdade (...) ou a realização da justiça*, o valor da sequência implica uma vírgula obrigatória depois da conjunção "ou".
- (D) (linha 8) Se as normas preveem a possibilidade de ocorrer o verbo no singular no caso de haver uma sucessão de substantivos que indicam gradação de um mesmo fato, seria correto empregar "teria", em vez de *teriam*.
- (E) (linha 18) No segmento *submetidos aos tiranos*, tem-se exemplo de emprego de participio atribuindo à frase valor temporal.



13. Análise da correlação entre frases do texto evidencia que,
- (A) (linha 32 e 33) em *mas eram formadas de homens livres e iguais*, a conjunção destacada tem valor consecutivo.
  - (B) (linhas 20 e 21) em *livres, porém, da tirania, sua superioridade foi manifesta*, o deslocamento da conjunção para o início da frase altera significativamente o sentido original.
  - (C) (linhas 22 e 23) em *pois labutavam para um senhor*, a conjunção equivale a "quando".
  - (D) (linhas 23 a 25) em *ao passo que, uma vez livres, cada um no seu próprio interesse colaborava [...] para o triunfo do empreendimento coletivo*, a locução destacada equivale a "enquanto", exprimindo oposição.
  - (E) (linhas 30 a 32) em *as forças armadas de um país não eram compostas de mercenários, nem combatiam por um príncipe*, a inserção da conjunção "e" antes da conjunção destacada determinaria que as ideias expostas tivessem o mesmo peso na argumentação, o que não ocorre com a formulação original.
- 
14. A frase que está clara e em conformidade com a norma-padrão escrita é:
- (A) Em conversas insossas como essas que soem acontecer em situações formais, nada mais admissível que, se antevermos um assunto palpitante, nos agarremos à possibilidade de introduzi-lo e distendê-lo o máximo possível.
  - (B) Têm havido grandes discussões sobre as principais intervenções do poder público naquela área, mas o que observa-se é que todos buscam mesmo ocupar um discreto lugarzinho na administração.
  - (C) Continue a evitar comentários espontâneos que podem constituir risco, pois basta, segundo nos consta, a ponderação dos advogados para ver que o melhor jeito de enfrentar a polêmica é abster-se de declarações capciosas.
  - (D) Quaisquer que possa ser as opiniões dos líderes da comunidade, os últimos acontecimentos mostram que, quanto mais os jovens se aglutinam em prol de uma causa, mais se afastam daqueles.
  - (E) Sempre taxado de inseguro, ousou levantar hipóteses que sortiram tal efeito entre seus pares, que passaram não só a lhe considerar um profissional responsável, como também a prognosticar-lhe um futuro bastante promissor.
- 
15. Considerada a norma-padrão escrita, a frase que exige correção é:
- (A) Fala-se de Sua Excelência, o Ministro do Meio Ambiente, que, com o intuito de dirimir sejam quais forem as dúvidas dos jornalistas, deve conceder-lhes entrevista coletiva daqui a duas semanas, sem discriminação de ordem alguma.
  - (B) Mal atinando com a razão da impugnação, temendo a consequência de seu ato intempestivo, e julgando estar sozinho para combatê-las, como achar um modo de considerá-las sem sentir desolação?
  - (C) Aos sábios e pacientes recomendo o belo trabalho que podem escrever pesquisando o conto do vigário pelos séculos atrás: encontrarão um misto de historinhas banais e pequenas obras-primas que ocupariam lugar eminente nas obras de ficção.
  - (D) Não se deve entender os movimentos reivindicatórios como balões de ensaio que, ao primeiro golpe de vento, despencam e se destroem; são a argamassa que se molda à pressão da sociedade, e com que se fará uma sólida e legítima construção.
  - (E) O representante dos escritores agraciados pelo ambicionado prêmio fez longo discurso, no qual se apontaram os itens mais candentes do embate entre eles e as editoras, deixando manifesto as ácidas críticas que há muito lhes são dirigidas por não manter os compromissos assumidos.

### Raciocínio Lógico-Matemático

16. Efetuando as multiplicações

$$2 \times 2, 4 \times 4, 6 \times 6, 8 \times 8, \dots,$$

obtemos uma sequência de números representada a seguir pelos seus quatro primeiros elementos:

$$(4, 16, 36, 64, \dots).$$

Seguindo a mesma lógica, o 1000º elemento dessa sequência será 4.000.000 e o 1001º elemento será 4.008.004. Dessa forma, o 1002º elemento será

- (A) 4.016.036.
- (B) 4.008.016.
- (C) 4.016.016.
- (D) 4.016.008.
- (E) 4.008.036.



17. Considere as três afirmações a seguir, todas verdadeiras, feitas em janeiro de 2013.
- I. Se o projeto X for aprovado até maio de 2013, então um químico e um biólogo serão contratados em junho do mesmo ano.
  - II. Se um biólogo for contratado, então um novo congelador será adquirido.
  - III. Se for adquirido um novo congelador ou uma nova geladeira, então o chefe comprará sorvete para todos.
- Até julho de 2013, nenhum biólogo havia sido contratado. Apenas com estas informações, pode-se concluir que, necessariamente, que
- (A) o chefe não comprou sorvete para todos.
  - (B) o projeto X não foi aprovado até maio de 2013.
  - (C) nenhum químico foi contratado.
  - (D) não foi adquirido um novo congelador.
  - (E) não foi adquirida uma nova geladeira.

18. Uma costureira precisa cortar retalhos retangulares de 15 cm por 9 cm para decorar uma bandeira. Para isso, ela dispõe de uma peça de tecido, também retangular, de 55 cm por 20 cm. Considerando que um retalho não poderá ser feito costurando dois pedaços menores, o número máximo de retalhos que ela poderá obter com essa peça é igual a
- (A) 10.
  - (B) 8.
  - (C) 9.
  - (D) 6.
  - (E) 7.

19. Um dia antes da reunião anual com os responsáveis por todas as franquias de uma cadeia de lanchonetes, o diretor comercial recebeu um relatório contendo a seguinte informação:

**Todas as franquias enviaram o balanço anual e nenhuma delas teve prejuízo neste ano.**

Minutos antes da reunião, porém, ele recebeu uma mensagem em seu celular enviada pelo gerente que elaborou o relatório, relatando que a informação não estava correta. Dessa forma, o diretor pôde concluir que, necessariamente,

- (A) nem todas as franquias enviaram o balanço anual ou pelo menos uma delas teve prejuízo neste ano.
  - (B) nenhuma franquia enviou o balanço anual e todas elas tiveram prejuízo neste ano.
  - (C) alguma franquia não enviou o balanço anual e todas elas tiveram prejuízo neste ano.
  - (D) nenhuma franquia enviou o balanço anual ou pelo menos uma delas teve prejuízo neste ano.
  - (E) nem todas as franquias enviaram o balanço anual ou todas elas tiveram prejuízo neste ano.
20. Uma pessoa nasceu em 1<sup>o</sup> de janeiro do ano 19XY e morreu em 2 de janeiro do ano 19YX, sendo X e Y algarismos diferentes entre si. A idade dessa pessoa quando ela morreu era igual à soma dos algarismos do ano de seu nascimento. Dessa forma, podemos concluir que o ano 19XY está entre
- (A) 1980 e 2000.
  - (B) 1920 e 1940.
  - (C) 1900 e 1920.
  - (D) 1940 e 1960.
  - (E) 1960 e 1980.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Direito Constitucional

**Atenção:** Para responder às questões de números 21 a 24, considere o que se propõe em cada uma delas e assinale:

- (A) está correto o que se afirma em I, apenas.
- (B) está correto o que se afirma em II, apenas.
- (C) está correto o que se afirma em III, apenas.
- (D) está correto o que se afirma em I e II, apenas.
- (E) está correto o que se afirma em I, II e III.

21. Sobre:

- I. Aos juízes de paz não se estende a vedação constitucional que impede os demais juízes de se dedicarem à atividade político-partidária.
- II. Os juízes de paz serão escolhidos mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.
- III. É compatível com a Constituição Federal lei estadual que estabelece verba remuneratória aos juízes de paz decorrente da aplicação de percentual sobre os valores recolhidos a título de custas em razão dos atos de habilitação e celebração de casamentos.

22. Sobre a Administração e os direitos sociais:

- I. Nos afastamentos do servidor público para o exercício de mandato eletivo é constitucionalmente assegurada a contagem de seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, inclusive nos casos de promoção por antiguidade e por merecimento.
- II. O direito à jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento é constitucionalmente assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais, assim como aos servidores públicos e trabalhadores domésticos.
- III. Entre as providências admitidas pelo texto constitucional para que União, Estados e Municípios atendam aos limites definidos para despesa com pessoal ativo e inativo encontra-se a exoneração dos servidores não estáveis, considerados assim aqueles admitidos na Administração direta, autárquica e fundacional, sem concurso público de provas ou de provas e títulos após o dia 5 de outubro de 1983.

23. Sobre as competências:

- I. É inconstitucional lei estadual que estabelece regime especial de pagamento parcelado de multas de trânsito aplicadas em rodovias estaduais, pois dispõe sobre matéria de competência legislativa privativa da União.
- II. A autonomia política assegurada aos Estados-membros alcança a competência legislativa para tornar obrigatório o uso permanente de faróis baixos, inclusive durante o período diurno, aos veículos automotores que trafeguem nas rodovias estaduais, de modo a elevar os níveis de proteção e segurança nas estradas.
- III. É inconstitucional lei estadual que condiciona a obrigatoriedade da cobrança das multas aplicadas pelos órgãos estaduais de trânsito ao recebimento da notificação via serviço postal, pois dispõe sobre matéria de competência legislativa privativa da União.

24. Sobre:

- I. Caso não seja cabível a ação direta de inconstitucionalidade proposta, é lícita sua conversão em arguição de descumprimento de preceito fundamental com base no princípio da fungibilidade, caso estejam presentes todos requisitos de admissibilidade desta.
- II. O juízo proferido em sede de ação direta de inconstitucionalidade sobre a incompletude ou insuficiência do diploma impugnado ante as exigências impostas no texto constitucional autoriza a conversão da demanda, em face do princípio da fungibilidade, em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- III. O julgamento de mérito proferido em sede de ação direta de inconstitucionalidade que decide mediante a técnica da interpretação conforme a Constituição importa, segundo a jurisprudência do STF, em juízo de improcedência da ação.

### Direito Administrativo

25. CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO, ao tratar de determinada modalidade de responsabilidade civil do Estado, ensina que *o fundamento da responsabilidade estatal é garantir uma equânime repartição dos ônus provenientes de atos ou efeitos lesivos, evitando que alguns suportem prejuízos ocorridos por ocasião ou por causa de atividades desempenhadas no interesse de todos. De conseguinte, seu fundamento é o princípio da igualdade, noção básica do Estado de Direito.* (Curso de Direito Administrativo. São Paulo, Malheiros, 27ª ed., 2010. p. 1007).

As lições trazidas são pertinentes à modalidade de responsabilidade civil

- (A) objetiva, em decorrência de atos comissivos lícitos, que prescindem da demonstração de culpa do agente estatal.
- (B) subjetiva, que demanda a demonstração de culpa do agente causador do dano.
- (C) subjetiva imprópria, que prescinde da demonstração de culpa do agente causador do dano.
- (D) objetiva, em decorrência de atos comissivos ilícitos, que prescindem de demonstração de culpa do agente causador do dano.
- (E) objetiva, em decorrência de atos omissivos ilícitos ou lícitos, que podem ou não demandar a demonstração de culpa do agente causador do dano.

26. Quando a Administração pública edita atos normativos que se prestam a orientar e disciplinar a atuação de seus órgãos subordinados, diz-se que atuação é expressão de seu poder

- (A) hierárquico, traduzindo a competência de ordenar a atuação dos órgãos que integram sua estrutura.
- (B) disciplinar, atingindo eventuais terceiros que não integram a estrutura da Administração.
- (C) de polícia interna, que tem lugar quando os destinatários integram a própria estrutura da Administração.
- (D) normativo, que tem lugar quando os destinatários integram a própria estrutura da Administração.
- (E) de polícia normativa, embora não atinjam os administrados em geral, sujeitos apenas ao poder regulamentar.



27. O princípio da supremacia do interesse público informa a atuação da Administração pública

- (A) de forma absoluta diante das lacunas legislativas, tendo em vista que o interesse público sempre pretere o interesse privado, prescindindo da análise de outros princípios.
- (B) subsidiariamente, se não houver lei disciplinando a matéria em questão, pois não se presta a orientar atividade interpretativa das normas jurídicas.
- (C) alternativamente, tendo em vista que somente tem lugar quando não acudirem outros princípios expressos.
- (D) de forma prevalente, posto que tem hierarquia superior aos demais princípios.
- (E) de forma ampla e abrangente, na medida em que também orienta o legislador na elaboração da lei, devendo ser observado no momento da aplicação dos atos normativos.

28. Os atos praticados pela Administração estão sujeitos a controle, exercido por diversos entes, em variados graus e medidas. O controle judicial possui amparo constitucional, abrangendo análise

- (A) restritiva, considerando apenas os aspectos de legalidade referentes à forma dos atos, excluindo análise de violação ao princípio da moralidade e qualquer elemento do ato discricionário.
- (B) estritamente de legalidade, não abrangendo atos discricionários ou violação de outros princípios constitucionais.
- (C) eminentemente de legalidade, como, por exemplo, a conveniência e oportunidade dos motivos para a prática de determinado ato.
- (D) eminentemente de legalidade, podendo, no entanto, também apreciar aspectos técnicos dos atos discricionários.
- (E) abrangente, tanto dos aspectos de legalidade, quanto de moralidade e discricionariade dos atos administrativos, sem distinção.

29. Os serviços públicos podem ser prestados direta ou indiretamente pelo Poder Público, respeitadas a titularidade e competência previstas na legislação pertinente. Dentre a possibilidade de execução indireta do serviço público por determinado ente está a outorga de

- (A) permissão de serviço público, contrato que delega ao privado execução do serviço público e, caso também tenha transferido a titularidade, permite o exercício do poder de polícia antes competência do Poder Público.
- (B) permissão de serviço público, cuja natureza contratual permite a delegação de titularidade e execução das atribuições típicas do ente político.
- (C) concessão de serviço público, contrato que estabelece as atribuições e condições da prestação do serviço, cabendo ao contratado o desempenho adequado do mesmo e a responsabilidade pelo risco do negócio.
- (D) concessão de serviço público, ato que transfere ao privado a competência para o adequado desempenho das atribuições, responsabilizando-se o Poder Público, no entanto, integralmente pelo risco do negócio.
- (E) autorização de serviço público, contrato que delega ao privado execução do serviço público e, caso também tenha transferido a titularidade, permite o exercício do poder de polícia antes competência do poder público.

### Direito do Trabalho

30. Em relação ao trabalho extraordinário, é correto afirmar que

- (A) os empregados contratados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras, desde que acordado expressamente com o sindicato da categoria.
- (B) as horas extras decorrentes de força maior ou de serviços inadiáveis podem ser prestadas, desde que existente acordo de prorrogação de horas firmado entre empregado e empregador.
- (C) o acordo de prorrogação de jornada de trabalho deve ser escrito e necessariamente celebrado coletivamente, mediante negociação coletiva de trabalho.
- (D) o trabalho em horas extras é permitido aos empregados que trabalham em atividades insalubres, sendo necessária, porém, licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho.
- (E) todo empregado tem direito a um descanso de 15 minutos, no mínimo, antes do início do período extraordinário de serviço em caso de prorrogação do horário normal de trabalho.

31. Entre as medidas de proteção ao trabalho da mulher, especificamente em relação à proteção à gravidez e à maternidade, a licença-maternidade constitui-se em importante garantia. Sobre ela é INCORRETO afirmar:

- (A) Durante a gravidez, a empregada tem direito a dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares.
- (B) Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos 120 dias de licença.
- (C) Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados em quatro semanas cada um, mediante atestado médico.
- (D) A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º dia antes do parto e a ocorrência deste.
- (E) É garantido à empregada, durante a gravidez, sem prejuízo do salário e demais direitos, transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho.

32. Entre as diversas medidas previstas pelo legislador para garantir a proteção à saúde e à segurança do trabalhador, está a previsão e a regulamentação de órgãos de segurança e medicina do trabalho a serem instituídos pelo empregador. Em relação à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), é correto afirmar que

- (A) os representantes do empregador, titulares e suplentes, serão por ela designados, e tais designações registradas no Ministério do Trabalho.
- (B) o mandato dos seus membros tem duração de um ano, não permitida a reeleição.
- (C) o empregador designa, dentre seus representantes, o Vice-Presidente da CIPA, e os empregados elegem, entre os seus representantes, o Presidente.
- (D) o membro suplente, ainda que durante seu mandato, tenha participado de menos da metade do número de reuniões da CIPA, pode ser reeleito.
- (E) os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.





33. Em relação ao 13º salário (ou gratificação de Natal), considere:

- I. Na extinção dos contratos a prazo, exceto os de safra, a gratificação será proporcional, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro.
- II. A gratificação corresponderá a 1/12 da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço do ano correspondente, sendo que a fração igual ou superior a 14 dias de trabalho será havida como mês integral.
- III. Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.
- IV. Sobre a gratificação não são devidas contribuições ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) II.

34. Em relação à estabilidade, considere:

- I. A estabilidade no emprego para as gestantes é assegurada às empregadas urbanas, rurais e domésticas.
- II. A estabilidade do dirigente sindical abrange apenas os empregados eleitos como titulares.
- III. O empregado eleito para cargo da CIPA tem estabilidade no emprego, desde o registro da candidatura, até um ano após o término do mandato.
- IV. O período de estabilidade da gestante vai desde a confirmação da gravidez, até cinco meses após o parto.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

35. Em relação à Comissão de Conciliação Prévia, é correto afirmar:

- (A) Na Comissão instituída no âmbito da empresa, o representante dos empregados ficará afastado de suas atividades normais, atuando apenas como conciliador durante todo o período do mandato.
- (B) Como forma de assegurar o funcionamento ininterrupto da Comissão instituída no âmbito da empresa, há previsão de dois suplentes para cada membro titular.
- (C) A Comissão instituída no âmbito do sindicato terá sua constituição e normas de funcionamento definidas no estatuto do sindicato.
- (D) A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, quinze membros.
- (E) O mandato dos membros da Comissão instituída no âmbito da empresa, titulares e suplentes, é de um ano, permitida uma recondução.

36. Perderá a remuneração do dia do repouso semanal o trabalhador que, sem motivo justificado, ou em virtude de punição disciplinar, não tiver trabalhado durante toda a semana, cumprido integralmente o seu horário de trabalho. Nesse sentido,

- (A) para os efeitos do pagamento da remuneração, entende-se como semana o período de segunda-feira ao sábado, anterior ao domingo correspondente ao dia do descanso.
- (B) prejudicarão a frequência exigida as ausências decorrentes de férias.
- (C) nas empresas em que vigorar regime de trabalho reduzido, a frequência exigida corresponderá ao número de dias em que houver trabalho.
- (D) considera-se como falta justificada, mantendo-se o direito à remuneração do dia do descanso semanal, a ausência do empregado até cinco dias consecutivos em virtude de seu casamento.
- (E) a remuneração do repouso semanal corresponderá, para os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de um dia de serviço, não computadas as horas extraordinárias habitualmente prestadas.

37. No que tange aos poderes atribuídos ao empregador no contrato de trabalho é INCORRETO afirmar:

- (A) O poder disciplinar do empregador não pode ser exercido de forma ilimitada e não pode caracterizar arbitrariedade ou abuso de direito.
- (B) No exercício pelo empregador do poder disciplinar, a suspensão do empregado por mais de 30 dias consecutivos não importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.
- (C) A punição do empregado, para ser considerada válida, deve ser precedida de inquérito ou sindicância internos a que se obrigou a empresa por norma regulamentar.
- (D) O exercício pelo empregador do seu poder de controle ou fiscalizatório não deve implicar violação à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem do empregado.
- (E) O estabelecimento pelo empregador de regulamento de empresa ou de plano de cargos e salários caracteriza exteriorização do seu poder de organização.

#### Direito Processual do Trabalho

38. Mateus, residente na cidade de São Bernardo do Campo, foi contratado em Diadema para trabalhar como Auxiliar Administrativo da Empresa Tudo Azul Ltda., cuja matriz está sediada em São Caetano do Sul. Após dois anos de contrato prestado na filial da empresa em São Paulo, foi dispensado, mesmo tendo informado ao empregador que está em vias de se aposentar. Mateus decidiu ajuizar reclamação trabalhista requerendo sua reintegração ao emprego por estabilidade pré aposentadoria. No presente caso, a Vara do Trabalho competente para processar e julgar a demanda é a do município de

- (A) Diadema, porque foi o local da contratação do trabalhador.
- (B) São Paulo, por ser o local da prestação de serviços.
- (C) São Caetano do Sul, em razão de ser a matriz da empresa empregadora.
- (D) São Paulo, porque, neste caso, a comarca competente é a Capital do Estado.
- (E) São Bernardo do Campo, por ser o local da residência do trabalhador.



39. A Secretaria da Vara expediu notificação da sentença para a parte, via postal, no dia 30 de outubro (3<sup>a</sup>-feira). Sabendo-se que o prazo para interposição do recurso é de oito dias, que se presume recebida a notificação no prazo de 48 h, que o dia 02/11 é feriado, que no dia 1<sup>o</sup> de novembro houve o funcionamento normal da Justiça e que outubro tem 31 dias, é correto afirmar que:
- (A) a notificação foi presumidamente recebida em 02/11, mas, sendo feriado, presume-se o recebimento no primeiro dia útil seguinte, ou seja, 05/11.
  - (B) o início do prazo para interposição do recurso será em 31/10.
  - (C) o último dia para interposição do recurso será em 08/11.
  - (D) o último dia para interposição do recurso será em 12/11.
  - (E) o início do prazo, que é igual ao início da contagem do prazo, será 01/11.

40. No processo do trabalho, o agravo
- (A) de petição é o recurso próprio do processo do trabalho, cabível contra decisões terminativas ou definitivas proferidas em fase de execução, sendo requisito para sua interposição a delimitação das matérias e valores impugnados.
  - (B) retido, recurso adequado para impugnar despachos que denegarem a interposição de recursos, exigirá o depósito recursal correspondente a 50% do valor do depósito do recurso que se pretende destrancar.
  - (C) de petição é o recurso próprio cabível contra decisões terminativas ou definitivas proferidas em fase de execução, que exige o depósito recursal correspondente a 50% do valor do depósito do recurso que se pretende destrancar.
  - (D) de instrumento é o recurso cabível contra decisões interlocutórias, sendo que ele não é apreciado de imediato, cabendo à parte consignar seus "protestos" nos autos para posterior apreciação da matéria.
  - (E) instrumental é a modalidade de recurso, prevista nos Regimentos Internos dos Tribunais, bem como na Constituição Federal.

41. No tocante aos princípios do processo do trabalho, considere:

- I. O princípio protetor se caracteriza como o mais importante nas relações de trabalho, uma vez que possibilita equilibrar a desigualdade natural existente nos contratos de emprego, em que o empregador detém o poder econômico em detrimento do trabalhador, que necessita do emprego. Assim, é utilizado amplamente pelo julgador, tanto no direito material, quanto no processo do trabalho, quando não houver provas a respeito dos fatos alegados.
- II. O juiz tem ampla liberdade na condução do processo, na busca de elementos probatórios que formem o seu convencimento, baseando-se no princípio da busca da verdade real e da primazia da realidade.
- III. O princípio do impulso oficial nas execuções é aplicável apenas às ações trabalhistas em que foi deferida justiça gratuita ao reclamante.
- IV. Segundo a jurisprudência consolidada do TST, o princípio da identidade física do juiz é aplicável na Justiça do Trabalho, mesmo após o advento da EC n<sup>o</sup> 24/99, que extinguiu a representação classista.

Está correto o que afirma APENAS em

- (A) III e IV.
  - (B) II e IV.
  - (C) I, II e IV.
  - (D) II e III.
  - (E) I e III.
42. Ana está sendo executada judicialmente em razão de reclamação trabalhista julgada procedente que foi proposta pelo rito sumaríssimo por uma ex-empregada. Ana foi procurada duas vezes no espaço de quarenta e oito horas para pagar ou indicar bens à penhora, mas não foi encontrada. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, far-se-á citação por
- (A) edital, publicado no jornal oficial, ou na falta deste, afixado na sede do Juízo, durante quinze dias.
  - (B) edital, publicado no jornal oficial ou, na falta deste, afixado na sede do Juízo, durante cinco dias.
  - (C) hora certa, aplicando-se subsidiariamente ao processo do trabalho o art. 227 e seguintes do CPC, conforme lhe faculto o art. 769 da CLT, e se o citando não estiver presente, o oficial de justiça procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação.
  - (D) hora certa, aplicando-se subsidiariamente ao processo do trabalho o art. 227 e seguintes do CPC, conforme lhe faculto o art. 769 da CLT, e o oficial de justiça deixará contrafé com pessoa da família ou com qualquer outro, conforme o caso, declarando-lhe o nome.
  - (E) hora certa, aplicando-se subsidiariamente ao processo do trabalho o art. 227 e seguintes do CPC, conforme lhe faculto o art. 769 da CLT, e o oficial de justiça no dia e hora designados, independentemente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou residência da citanda, a fim de realizar a diligência.



43. André, executado em reclamação trabalhista, teve em 30/07/2010 seu automóvel da marca Porsche penhorado, por meio de carta precatória executória. Depois da devolução da carta precatória, André interpôs embargos à execução, na data de 04/08/2010, perante o juízo deprecante, alegando erro grosseiro na avaliação do bem. Tal erro de avaliação constou do mandado de penhora que fixou o valor do veículo em R\$ 13.000,00, valor este muito abaixo do praticado no mercado. Por este motivo, André requereu a reavaliação do bem, sob pena de nulidade da penhora.

Nesse caso, o juiz deprecante

- (A) não deve conhecer dos embargos e extinguir o processo sem julgamento do mérito, haja vista que o executado além de não pagar o débito, impugnou o bem penhorado e deixou de indicar outros bens para substituição da penhora, demonstrando litigância de má-fé.
- (B) não deve conhecer dos embargos e extinguir o processo sem julgamento do mérito, haja vista sua intempestividade.
- (C) deve realizar o julgamento antecipado da lide e acolher os embargos, haja vista o notório erro de avaliação.
- (D) deve determinar a realização de perícia, a fim de aferir o correto valor de mercado do bem.
- (E) deve remeter os autos ao juiz deprecado, uma vez que o ato de avaliação foi por ele praticado, sendo sua a competência para decidir.

44. Maria ingressou com reclamação trabalhista em face da Empresa Pode Tudo Ltda. Com a distribuição da ação, foi determinada a realização de audiência UNA, ou seja, quando na mesma oportunidade são realizadas a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento do feito. Nesse sentido,

- (A) deverão estar presentes Maria e a Empresa Pode Tudo Ltda, independentemente do comparecimento de seus advogados, tendo em vista o *princípio do jus postulandi*.
- (B) se o Juiz não comparecer até 10 minutos após a hora marcada, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro de audiências.
- (C) caso Maria não compareça à audiência inaugural, estando presente seu advogado, com a procuração *ad-judicia* nos autos conferindo poderes para transigir, deverá o juiz adiar a sessão, redesignando nova data para a realização da audiência.
- (D) é facultado à Empresa Pode Tudo Ltda. fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que não tenha conhecimento dos fatos, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.
- (E) aberta a audiência, o juiz proporá a conciliação, sendo que em caso de insucesso, a Empresa Pode Tudo Ltda. terá dez minutos para aduzir sua defesa oralmente e apresentar seus documentos.

45. No tocante à hasta pública, é INCORRETO afirmar:

- (A) Se a praça ou o leilão for de diversos bens, terá preferência o lançador que propuser arrematá-los englobadamente, oferecendo para os que não tiverem licitante preço igual ao da avaliação e para os demais o de maior lance.
- (B) Será fonte subsidiária para dirimir quaisquer questões oriundas do processo de execução e da hasta pública, a Lei de Execuções Fiscais, precedendo, inclusive, ao quanto dispõe o Código de Processo Civil.
- (C) A arrematação far-se-á em dia, hora e local anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a adjudicação.
- (D) A arrematação far-se-á em dia, hora e local anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente preferência para a remissão.
- (E) O arrematante do bem deverá garantir o lance com sinal correspondente a vinte por cento do seu valor, pagando o restante em vinte e quatro horas, sob pena de perder o sinal pago em benefício da execução.

#### Direito Civil

46. Em termos de eficácia legislativa, entende-se que a lei é o parâmetro maior para o juiz. Este, porém, na omissão da lei, deverá decidir o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. Este enunciado concerne ao princípio

- (A) da eventualidade processual.
- (B) da obrigatoriedade da lei.
- (C) da obrigatoriedade da jurisdição.
- (D) do devido processo legal.
- (E) do livre convencimento e o da persuasão racional.

47. No jornal da Capital "Semanário da Zona Leste", foram publicadas em editorial denúncias graves contra o restaurante "Alho e Óleo", afirmando sua falta de condições sanitárias, em razão das quais seu movimento de clientes caiu por volta de 50%. Meses mais tarde, prova-se que as denúncias eram falsas, mas parte da clientela jamais retornou. Nessas circunstâncias, poderá o advogado do restaurante, ao acionar o jornal,

- (A) nada poderá fazer, judicialmente, pois o direito de crítica jornalística é amplo, não respondendo o jornal pela falsidade posteriormente verificada da notícia que fez veicular, ainda que em editorial que explicita seu posicionamento sobre a matéria.
- (B) pleitear apenas danos materiais, pois os danos morais são cabíveis exclusivamente às pessoas naturais ou físicas, inexistindo atributos da personalidade às pessoas jurídicas nesse sentido.
- (C) pleitear tanto danos materiais, pelo que o restaurante deixou de lucrar, como danos morais, pois pessoas jurídicas também possuem atributos da personalidade e, no caso, foi lesada sua honra objetiva.
- (D) pleitear apenas danos morais, pela lesão à honra objetiva da pessoa jurídica, que, no caso, englobam os danos materiais, não podendo ser cumulados.
- (E) pleitear danos materiais por lucros cessantes e por danos emergentes, bem como danos morais por lesão à honra objetiva e subjetiva da pessoa jurídica.



48. Carlinhos, de quatorze anos de idade, para vingar-se de uma surra que levou do irmão de Caio, de apenas seis anos, bate neste até machucá-lo gravemente. Caio é hospitalizado e, ao fim da internação, os gastos montam R\$ 10.000,00, suportados por seus pais, que querem agora ser indenizados do que despenderam. Considerando que Carlinhos vive com seus pais, o advogado dos pais de Caio

- (A) não terá como propor ação indenizatória alguma contra Carlinhos ou contra seus pais, já que, sendo Carlinhos absolutamente incapaz, a questão resolve-se, exclusivamente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sem implicações indenizatórias civis.
- (B) poderá propor ação somente contra Carlinhos, pois o ato envolveu dois menores, absolutamente incapazes, sem qualquer envolvimento dos pais de Caio ou de Carlinhos.
- (C) poderá propor ação somente contra os pais de Carlinhos, pois este, sendo absolutamente incapaz, não responde judicialmente por seus atos.
- (D) poderá propor ação tanto contra os pais de Carlinhos como contra ele próprio, direta e solidariamente, sem restrições quanto à responsabilidade patrimonial de ambos, dada a natureza do ilícito cometido.
- (E) poderá propor ação tanto contra os pais de Carlinhos como contra o próprio Carlinhos, que apesar de ser absolutamente incapaz responderá equitativamente com seu próprio patrimônio se os recursos de seus pais não forem suficientes, só não podendo ser privado do necessário, a si ou às pessoas que dele dependem.

49. Para obter um empréstimo bancário, Félix Alberto hipoteca sua casa, concordando em se prever, no contrato com o banco, que este, na qualidade de credor hipotecário, poderá ficar com o imóvel em caso de inadimplência. Também se prevê que o próprio Félix Alberto poderá dar o imóvel em pagamento da dívida, após seu vencimento. Em relação a essas cláusulas contratuais, é correto afirmar:

- (A) É nula a cláusula autorizando o credor hipotecário a ficar com o imóvel dado em garantia por Félix Alberto, em caso de inadimplência, mas este poderá dar o imóvel em pagamento da dívida, após seu vencimento.
- (B) As cláusulas são anuláveis, somente, convalidando-se se nada for alegado judicialmente por Félix Alberto.
- (C) É válida a cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o imóvel dado em garantia por Félix Alberto, se este inadimplir o contrato, mas é nula a cláusula que permite a Félix Alberto dar o imóvel em pagamento da dívida, após seu vencimento.
- (D) As duas disposições contratuais são válidas, pois assinadas livremente pelas partes, o que faz lei entre elas.
- (E) As duas disposições contratuais são nulas, por sua abusividade, que deixa Félix Alberto em desvantagem exagerada em relação ao credor hipotecário.

### Direito Processual Civil

50. Suelen Carolina vende um fogão usado para sua vizinha, Roberta Helena, que lhe paga com um cheque sem a devida provisão de fundos. Só depois que o cheque prescreve Suelen resolve procurar um advogado, a quem pede que proponha a ação contra Roberta, que protelou o pagamento por meio de promessas não cumpridas. O advogado de Suelen

- (A) poderá propor execução contra Roberta Helena, tendo o cheque como confissão de dívida, mas como está prescrito Roberta Helena só pagará o débito se quiser, por configurar obrigação natural.
- (B) não poderá propor ação alguma contra Roberta Helena, pois a prescrição fez com que Suelen perdesse seu direito à demanda.
- (C) poderá propor execução contra devedor solvente contra Roberta Helena, pois a prescrição do cheque não lhe retira a eficácia executiva.
- (D) poderá propor ação monitória contra Roberta Helena, pois o título está prescrito mas representa prova escrita sem eficácia executiva.
- (E) poderá propor somente ação pelo rito ordinário contra Roberta Helena, pois o título prescrito não representa prova escrita para fins monitórios.

51. Em relação à comunicação dos atos processuais,

- (A) por se tratar de ordem judicial a ser cumprida em Comarca diversa, a carta precatória deve ser assinada pessoalmente pelo juiz, não se permitindo, nesse caso, a assinatura eletrônica.
- (B) se o réu comparecer inicialmente nos autos apenas para arguir nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão.
- (C) tratando-se de ato formal e solene, a citação irregular não pode ser suprida em nenhuma hipótese.
- (D) o cumprimento da carta precatória é impositivo, não podendo o juiz deprecar de mesma hierarquia devolvê-la sem cumprir o ato requerido em nenhuma situação.
- (E) expedir-se carta de ordem quando dirigida à autoridade judiciária estrangeira.

52. Filipe Moura Velho, Juiz de Direito em Casa Branca, conclui audiência naquela Comarca na qual ouviu as partes e testemunhas, em processo litigioso de guarda e visita de filhos menores. Determina a conclusão dos autos para sentença, mas antes de sentenciar é promovido para Cajamar.

Nessa hipótese, deverá ele

- (A) passar os autos a seu sucessor, que deverá sentenciar apenas com as provas produzidas, necessariamente, em obediência ao princípio da unicidade obrigatória da audiência.
- (B) sentenciar o processo apesar da promoção, por se tratar de processo de família, envolvendo menores, o que obriga ao sentenciamento por quem tenha presidido a audiência, em qualquer situação.
- (C) sentenciar o processo apesar da promoção, pois ao ter ouvido as partes e testemunhas vinculou-se, em obediência aos princípios da identidade física do juiz e do juiz natural.
- (D) devolver os autos do processo ao Cartório de Casa Branca, passando-os a seu sucessor, por haver cessado sua jurisdição, apesar do princípio da identidade física do juiz.
- (E) sentenciar o processo, apesar da promoção, porque já havia determinado a conclusão dos autos para sentença, o que o vincula necessariamente.



<p>53. Considere as seguintes disposições:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Salvo disposição especial em contrário, as provas devem ser produzidas na petição inicial, pelo autor, e na contestação, pelo réu.</li> <li>II. Não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.</li> <li>III. Somente os meios legais são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.</li> <li>IV. A convenção que distribui o ônus da prova de maneira diversa à legal é nula quando recair sobre direito indisponível da parte.</li> <li>V. As máximas de experiência aplicam-se na falta de normas jurídicas particulares, caracterizando-se tais máximas pelas regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece.</li> </ul> <p>Está correto o que consta em</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) I, II, III, IV e V.</li> <li>(B) I, II, III e V, apenas.</li> <li>(C) II, IV e V, apenas.</li> <li>(D) II, III, IV e V, apenas.</li> <li>(E) I, IV e V, apenas.</li> </ul>	<p>57. Incide contribuição para a seguridade social sobre</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) folha de salários e demais rendimentos de trabalho das empresas, pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviços, mesmo sem vínculo empregatício.</li> <li>(B) quaisquer pagamentos feitos por empresas a seus empregados.</li> <li>(C) receita ou faturamento de entidades beneficentes de assistência social.</li> <li>(D) bens alienados em hasta pública na Justiça do Trabalho.</li> <li>(E) exportação de bens ou serviços ao exterior.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Noções de Direito Previdenciário</b></p> <p>54. Uma vez instituídos por lei do ente federativo, os regimes próprios de previdência social abrangem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) brasileiros que prestam serviço militar obrigatório nas forças armadas.</li> <li>(B) servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.</li> <li>(C) servidores ocupantes de emprego público.</li> <li>(D) empregados terceirizados que prestam serviços a empresas contratadas pela Administração pública.</li> <li>(E) Magistrados e membros de Ministério Público.</li> </ul>	<p>58. A aposentadoria por idade de um trabalhador urbano (exceto pessoa com deficiência), no regime geral de previdência social, será devida, desde que preenchida a carência aos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) 65 anos de idade, indistintamente para homens ou mulheres.</li> <li>(B) 53 anos de idade, para homens, e aos 48 anos, para mulheres.</li> <li>(C) 70 anos de idade, para homens, e aos 65 anos, para mulheres.</li> <li>(D) 65 anos de idade, para homens, e aos 60 anos, para mulheres.</li> <li>(E) 60 anos de idade, indistintamente para homens ou mulheres.</li> </ul>
<p>55. O Sistema Único de Saúde deve ser financiado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) mediante aplicação de recursos mínimos estaduais e municipais derivados de suas receitas não tributárias, dada a vedação constitucional da vinculação de receitas de impostos a fundos e despesas.</li> <li>(B) exclusivamente, com recursos do orçamento da seguridade social e da União.</li> <li>(C) entre outras fontes, mediante aplicação de recursos mínimos estaduais, distritais e municipais derivados dos seus impostos e da repartição constitucional de receitas tributárias.</li> <li>(D) por recursos provenientes das contribuições sociais das empresas incidentes sobre a folha de pagamentos e dos trabalhadores e demais segurados da previdência social.</li> <li>(E) entre outras fontes, por contribuições diretas dos cidadãos usuários do sistema.</li> </ul>	<p>59. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições,</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício.</li> <li>(B) por no máximo 36 meses, quem está em gozo de benefício por incapacidade de prestação continuada.</li> <li>(C) até 48 meses após a cessação das contribuições, o segurado obrigatório.</li> <li>(D) até 18 meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.</li> <li>(E) até 3 meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.</li> </ul>
<p>56. A pensão por morte de um servidor aposentado à data do óbito após a EC 41/03 corresponde, nos regimes próprios de previdência social, a</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) 90% dos proventos de aposentadoria até o valor correspondente a dez salários mínimos, acrescido de 50% da parcela excedente.</li> <li>(B) 100% dos proventos de aposentadoria, independentemente do valor desta.</li> <li>(C) 70% dos proventos de aposentadoria, independentemente do valor desta.</li> <li>(D) 80% dos proventos de aposentadoria até o valor correspondente a dez salários mínimos, acrescido de 100% da parcela excedente.</li> <li>(E) 100% dos proventos de aposentadoria até o valor teto do regime geral, acrescido de 70% da parcela excedente.</li> </ul>	<p>60. Por previsão constitucional, o regime de previdência privada, além de facultativo, é baseado</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) na capacidade econômica das empresas patrocinadoras dos planos de benefícios.</li> <li>(B) na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.</li> <li>(C) no pacto de gerações, de modo que os trabalhadores hoje em atividade financiam os benefícios dos inativos e pensionistas atuais.</li> <li>(D) na capitalização ou repartição, segundo a livre vontade das partes contratantes, diante da autonomia privada que marca o setor.</li> <li>(E) por paralelismo, na mesma estrutura e organização dadas por lei ao regime geral de previdência social, do qual é complementar.</li> </ul>

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**Instruções gerais:

Conforme Edital publicado, Capítulo IX, item 6, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que, na Folha de Resposta Definitiva:

- for assinada fora do local apropriado;
- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- for escrita à lápis, em parte ou em sua totalidade;
- estiver em branco;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Deverão ser rigorosamente observados os limites de linhas da Folha de Resposta Definitiva.

Em hipótese alguma será considerada pela Banca Examinadora a redação escrita neste rascunho.

Redija seu texto final na Folha de Resposta Definitiva da Prova Discursiva.

*Em meados do ano passado, houve inúmeras manifestações de rua em muitas cidades brasileiras. Dada a diversidade das reivindicações, das proporções e das atitudes que caracterizaram essas manifestações, não é fácil identificá-las e qualificá-las em conjunto. Ainda assim, houve algum consenso quanto à novidade que elas representaram.*

**Escreva uma dissertação em prosa, considerando as consequências imediatas e os possíveis desdobramentos que essas manifestações trouxeram. Justifique amplamente sua opinião.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	